

**BANCOS COMUNITÁRIOS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NAS PERIFERIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS TENTATIVAS DE ACESSO AO CAMPO EMPÍRICO NO CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA E SANITÁRIA NO BRASIL**

**MIKAEL SILVA DOS SANTOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

**RENÊ BIROCHI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos à UFSC, CAPES, CNPq e SEMEAD/USP

# **BANCOS COMUNITÁRIOS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NAS PERIFERIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS TENTATIVAS DE ACESSO AO CAMPO EMPÍRICO NO CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA E SANITÁRIA NO BRASIL**

## **1 INTRODUÇÃO**

As sucessivas crises de caráter financeiro e econômico colocam em evidência as deficiências do sistema capitalista para atender às demandas por justiça social. Tais deficiências têm atingido grande parcela da população, em especial a camada mais vulnerável que sofre cada vez mais com a falta de emprego, a concentração de renda, o alto índice de violência, o consumismo e a deterioração do meio ambiente. Essas são as consequências de uma economia orientada à competição e acúmulo financeiro, resultando numa massa de indivíduos excluídos.

Os efeitos sociais negativos gerados pela dominância de um modelo de produção excludente inspiram a criação de variadas formas de organização social com laços mais justos, solidários e igualitários na sociedade. Com base na tradição cooperativista, emergiram novos e alternativos instrumentos de geração de emprego e renda, com o propósito de propiciar melhores condições de vida e trabalho às populações mais vulneráveis, estimulando a economia local e despertando o espírito solidário da comunidade.

Segundo França Filho e Laville (2004), as experiências de Economia Solidária (ES) compõem o campo de experiência e prática dessas iniciativas coletivas. Estas estão vinculadas a um conjunto de alternativas que se baseiam na melhora da qualidade de vida da população de uma determinada comunidade. Esse objetivo, que pode ser construído e incentivado com o apoio das organizações da sociedade civil ou do Estado, no decorrer das últimas décadas tem apresentado diferentes estratégias de ação (RIGO, 2014). O processo de inclusão financeira realizado por instituições não bancárias por meio do acesso ao crédito tem sido visto como uma dessas estratégias.

As então denominadas práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas principalmente pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que atuam visando à facilitação do acesso ao crédito e na oferta de outros serviços financeiros aos moradores locais, pautadas nas relações de proximidade, confiança e solidariedade (MATURANA; COSTA; KOTLER, 2018).

Os BCDs podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias que prestam apoio com serviços financeiros às economias locais com baixo índice de desenvolvimento humano. Essas iniciativas se constituem a partir de “dinâmicas associativas locais” e que utilizam variados instrumentos para gerar e ampliar a renda do território onde atuam (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

O Banco Comunitário União Sampaio, localizado no bairro do Jardim Maria Sampaio, em São Paulo, foi escolhido para a investigação dada à proximidade geográfica com um dos pesquisadores, bem como devido aos seus laços de pertencimento com o território e com as práticas da organização. Contudo, diversos fatores imprevistos na pesquisa emergiram em relação ao acesso dos pesquisadores a essa organização. Essa dificuldade nos fez reorientar a pesquisa para outras organizações semelhantes.

Qual foi a nossa surpresa, senão a de nos depararmos com a mesma dificuldade de acesso ao campo empírico nas novas organizações escolhidas? A persistência dessa dificuldade nos fez reorientar os objetivos de pesquisa inicialmente propostos. A partir de então, começamos a nos questionar sobre as possíveis causas (razões) das ações infrutíferas de acesso ao campo empírico. Esse processo contínuo de reflexão nos fez estabelecer alguns pressupostos sobre essas potenciais causas, assim como nos reorientou para novas

pesquisas bibliográficas, a fim de compreender se essa dificuldade poderia se constituir num fenômeno socioeconômico maior a ser estudado, ou seja, para além das dificuldades vivenciadas para acessar empiricamente essas organizações.

Além disso, esses fatos levaram essa investigação a incorporar a própria condição social e identitária de um dos pesquisadores (coautor deste artigo), que é morador da periferia da cidade de São Paulo. A pesquisa começou a ganhar novos contornos no momento em que o pesquisador tornou-se objeto e sujeito (protagonista) de sua própria história de vida, por meio de um relato de experiência vivido no campo empírico. Dessa forma, o estudo foi reorientado em relação aos objetivos iniciais da pesquisa, buscando-se responder a seguinte questão: Quais os fatores percebidos pelos pesquisadores que evidenciam as dificuldades para acessar os sujeitos de pesquisa dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento?

A pesquisa realizada é de natureza teórico-empírica, com abordagem qualitativa, de tipo exploratória e descritiva, com estratégia de pesquisa definida como relato de experiência. A coleta de dados foi realizada pelo levantamento de dados primários, produto do processo de experiência motivada pelas tentativas infrutíferas de acesso aos sujeitos de pesquisa dos Bancos Comunitários; e dados secundários (pesquisa bibliográfica e documental), através da sondagem em artigos, teses, monografias e notícias, que subsidiaram a construção do arcabouço teórico e o levantamento de potenciais pressupostos para compreender o fenômeno.

O processo de discussão do estudo foi produto das interações entre a estrutura teórica, os potenciais pressupostos de influência do fenômeno e o relato de experiência. Com base nisso, foi possível analisar os desdobramentos decorrentes da dificuldade em realizar as entrevistas e observações diretas com os Bancos Comunitários.

A pesquisa não tem o objetivo de esgotar o assunto, tampouco generalizá-la para outros contextos. O intuito é contribuir para esse universo pouco explorado dos Bancos Comunitários, sobretudo, pelos pesquisadores de Administração. Neste sentido, portanto, o estudo procura evidenciar as dificuldades enfrentadas e sinaliza para estudos posteriores novos caminhos a serem seguidos, a partir de uma observação sistemática da realidade e a sua relação com o marco teórico utilizado.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Finanças Solidárias**

As finanças, em sua visão econômica, se constituem no sistema que inclui a circulação do dinheiro, seu preço, rendimento, proteção, transferência e controle, concessão e a garantia de crédito. Contudo, para Muñoz (2009) essa visão funcional de finanças é problemática, ao passo que tem seu foco em torno do setor bancário e exclui os atores envolvidos, a intermediação e os objetivos almejados; “preocupações estas que se fazem necessárias ao apontar-se que, em seu desenvolvimento ‘normal’, as finanças hegemônicas captam recursos de muitos para gerar crescente concentração e centralização entre poucos” (MUNÓZ, 2009, p. 208).

Singer (2009) denomina como instituições financeiras sociais ou solidárias aquelas que não visam ganhos monetários para si, compreendendo as iniciativas de microcrédito que atuam em parceria com o Estado ou iniciativas internacionais, as associações de poupança e crédito, e cooperativas de crédito que operam com fundos rotativos nutridos por seus sócios locais. Faz referência também para o arranjo de clube de trocas, que são organizações associativas autogestionárias que utilizam moedas sociais próprias para circulação local.

As finanças solidárias se ocupam de um segmento não-mercantil na sociedade, representando uma iniciativa de auto-organização da população unida sob os princípios de solidariedade, confiança e ajuda mútua para autogerir os recursos econômicos de seu território (FRANÇA FILHO, 2013). De modo geral, as finanças solidárias podem ser entendidas como uma forma de microfinanciamento e de prática de microcrédito constituída por iniciativas que valorizam o potencial de mobilização de investimentos locais; o financiamento conjunto do consumo e da produção; bem como o estabelecimento de relações sociais entre os atores envolvidos como modelo de garantia e controle que não se baseia em ativos (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005). No Brasil, o campo de prática das finanças solidárias é desenvolvido principalmente pelos fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário, grupo de investimento coletivo e bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

## 2.2 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

### 2.2.1 Conceito

As experiências de BCDs convidam a experimentação de outro tipo de economia, voltada ao bem-estar humano e social. De acordo com França Filho e Silva Junior (2009), os BCDs podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias que prestam apoio às economias locais com baixo índice de desenvolvimento humano, através de práticas que visam construir redes de *prossumidores*.

Nesse tipo de economia onde os BCDs são empreendidos, o abstratismo da oferta e da demanda perde sentido, da mesma maneira que a competição perde a relevância nessa lógica. O objetivo é romper com a dialética habitual entre produção e consumo e estimular a livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), reafirmando o conceito de *prossumidores* (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

França Filho e Silva Junior (2009) sinalizam quatro ações ou mecanismos centrais de intervenção territorial que são estritamente relacionados aos BCDs, são eles: **a)** fundo de crédito solidário; **b)** feiras de produtores locais; **c)** capacitação em economia solidária; e **d)** moeda social circulante local.

É importante ressaltar a anuência entre os BCDs e as ações de microcréditos tradicionais. Estas últimas são direcionadas para pequenos empréstimos individuais para empreender ou trazer melhorias de um pequeno negócio. Em contrapartida, os BCDs se afastam dessa lógica criada pelo nicho do mercado bancário para “bancarizar os mais pobres” (FRANÇA FILHO, SILVA JÚNIOR, 2009), ao passo que amplia o escopo de microfinanças e se fundamentam nas relações de proximidade, confiança e de solidariedade, buscando por aproveitar as capacidades e potenciais locais com a finalidade do desenvolvimento territorial. Dessa forma, apesar de terem práticas semelhantes a instituições financeiras comuns, os BCDs não se caracterizam como tal, pelo fato de, além de serem qualificados como organizações sem fins lucrativos, realizam operações ativas de concessão de empréstimos e financiamentos em programas e projetos de fomento a pequenos empreendimentos de base comunitária. Logo, o caráter de suas ações diverge totalmente de uma organização financeira convencional, uma vez que o crédito é visto como um meio para que outros processos sejam fomentados e despertem novas dinâmicas produtivas no território de atuação resultando em oportunidades de cidadania e melhora na qualidade de vida, e não como um fim em si, voltado único e exclusivamente para ampliação da carteira de cliente e aumento dos ganhos financeiros em decorrência da intermediação.

## 2.2.2 Especificidades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, enquanto experiência de finanças solidárias possuem algumas especificidades, de acordo com a visão da Rede Brasileira de Bancos Comunitários:

a) coordenação do banco e a gestão dos recursos são efetuadas por uma organização comunitária; b) as linhas de microcrédito para a produção e o consumo local pautam-se sob juros justos, que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho a toda a comunidade; c) a concessão e cobrança dos empréstimos baseiam-se em relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle muito mais social que econômico; e d) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – é reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores como meio eficaz para a dinamização da economia local (FRANÇA FILHO, SILVA JÚNIOR, 2009, p. 32).

No que se refere à gestão dessas organizações, nota-se que os BCDs são geridos intrinsecamente por organizações de caráter comunitário (associação, fórum, conselho, etc) ou demais tipos de iniciativas emergentes da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). No processo de estruturação, são constituídos dois espaços norteados pela gestão coletiva: o Conselho Gestor e o Comitê de Análise de Crédito (C.A.C). A composição e representação desses dois grupos são definidas pelos membros da comunidade envolvidos no processo de estruturação do BCD.

O Conselho Gestor representa as assembleias de ordem geral, pela qual participam as lideranças comunitárias e representantes de organizações de nível local, além de instituições públicas ou parceiras do BCD. Nestas assembleias, são formuladas diretrizes e são tomadas decisões sobre a atuação do BCD em seus diversos aspectos, como novas parcerias, captação de recursos etc (FRANÇA FILHO; RIGO; SILVA JÚNIOR, 2013).

Os BCDs, como uma das práticas dentro do arcabouço de economia e finanças solidárias, promovem uma hibridização da economia, conforme colocado por Laville (1994). É dessa forma que os BCDs articulam as diferentes fontes de captação de recursos: mercantis, pela prestação de alguns serviços; não-mercantis, pela captação de recursos junto à instituições públicas; e não-monetária, por meio da contribuição voluntária e da lógica de solidariedade.

Outra prática muito particular e presente nos Bancos Comunitários é o seu modelo específico de garantia de crédito que é baseado na confiança mútua e nas relações de proximidade. A consulta do denominado “aval solidário” é realizada pela escuta e ponderação da rede de relações de vizinhança e não a um sistema de proteção de crédito, conforme executado por instituições financeiras convencionais. No processo de análise, não se considera a situação do solicitante com outros bancos ou sistemas comuns de proteção ao crédito (SPC ou Serasa). O método utilizado prioriza a importância das relações com a comunidade, tendo como fatores elementares de análise os aspectos relacionais (FRANÇA FILHO; RIGO; SILVA JÚNIOR, 2013). Por sua vez, a cobrança de crédito ocorre por meio da introdução de um sistema de controle: são os próprios moradores do território que exercem um mecanismo de pressão sobre os demais (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009). Junqueira e Abramovay (2005) sinalizam que essas formas adaptadas de garantia e controle transferem aos tomadores e vizinhos, obrigatoriamente, a responsabilidade dos riscos e custos de transações. Ou seja, estas que antes eram assumidas por organizações financeiras convencionais passam a ser assumidas, em maioria, pelos indivíduos, tornando-se um aprimoramento institucional que exige condições sociais e mecanismos de gestão administrativa-financeira extremamente avançados.

É mediante todas essas singularidades mencionadas que, segundo Silva Júnior

(2007, apud SILVA JÚNIOR, 2006), os Bancos Comunitários buscam restaurar laços e vínculos sociais profundamente degradados pelas condições de vida presentes dos bairros populares, por meio de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local. Com essa postura, os BCDs almejam alcançar o desenvolvimento socioeconômico do território. O reconhecimento de suas especificidades de estruturação e organização, portanto, são de suma importância para obter avanços em sua dimensão institucional.

### 3 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

O estudo se caracteriza como teórico-empírico, com abordagem qualitativa, de tipo exploratória e descritiva, com estratégia de pesquisa definida como relato de experiência. A coleta de dados do estudo foi operacionalizada em três etapas. A primeira refere-se ao levantamento bibliográfico para construção do embasamento conceitual dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A segunda etapa foi realizada por meio da coleta de dados primários, produto do processo de experiência motivada pela trajetória de dificuldades para acessar o campo empírico dos Bancos Comunitários. O relato de experiência, segundo Grollmus e Tarrés (2015), é uma forma de narrativa por meio da escrita que tem por objetivo expressar um acontecimento ou experiência vivida, de forma subjetiva e detalhada. Por fim, a terceira etapa foi realizada por meio da coleta de dados secundários em artigos, teses, monografias e notícias recentes (entre 2020 e 2022), de maneira a levantar pressupostos e refletir sobre os principais pontos percebidos que resultaram no fenômeno vivenciado.

Após a coleta de dados, se iniciou o processo de tratamento das informações com o objetivo de analisá-las e interpretá-las de forma sistemática. Para a realização da análise de dados deste estudo foi levado em consideração os dados coletados de forma secundária (artigos, teses, monografias e notícias recentes) e o conhecimento construído pela trajetória do estudo. Ao total, foram contatados 10 Bancos Comunitários.

Diversas tentativas de contato ocorreram entre os dias 11/09/2021 e 29/11/2021 com o Banco Comunitário União Sampaio. As tentativas se deram sem sucesso pelo Instagram, WhatsApp e por telefone com um dos fundadores do banco e com colaboradoras da UPM, organização responsável pela coordenação do banco. Em nenhuma das tentativas a coordenadora responsável pela organização encontrava-se no Banco, assim como não retornou aos meus recados.

A inviabilidade de acesso à organização forçou-nos a buscar por outros Bancos Comunitários dispostos a colaborar com o estudo. Em dezembro de 2021 realizamos uma tentativa de contato por e-mail com o Banco Autogestão, localizado no Jardim São Luiz, mas sem qualquer retorno. Uma nova tentativa de contato foi realizada por telefone com a Casa de Cultura e Educação São Luiz. Fomos informados que a organização tinha encerrado sua operação em 2017.

Seguidamente, entramos em contato com o Banco Comunitário Paulo Freire por WhatsApp, localizado na zona leste de São Paulo. O contato se estendeu por todo o mês de Janeiro, mas sem nenhuma resposta efetiva de colaboração. O Banco Comunitário ICOM, em Florianópolis, foi sugerido como uma organização potencial para o desenvolvimento do estudo, em virtude da possibilidade de aproximação por meio de uma doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração da UFSC. A possibilidade coincidiu com o retorno de um dos pesquisadores a Florianópolis, em virtude do anúncio de retomada das aulas presenciais das aulas presenciais na UFSC. O contato com o Banco ICOM ocorreu nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2022 por e-mail, onde foi possível agendar e realizar uma reunião no dia 09/02/2022 com a coordenadora do projeto. Durante a reunião, a

coordenadora sinalizou que as operações do banco estavam se encaminhando para o encerramento, no entanto, ficou de verificar com os demais coordenadores a viabilidade de colaboração. Uma nova tentativa de contato por e-mail foi realizada no dia 24 de março de 2022, mas sem qualquer retorno. Em 25 de abril de 2022, tentamos contato com o Banco da Comunitário da Costeira (do Pirajubaé) por meio do e-mail institucional da organização, sem retorno. Em seguida, encaminhamos mensagem por WhatsApp no dia 03 de maio de 2022. O contato se estendeu pelos dias 04 e 05 na tentativa de agendar uma reunião. Houve duas tentativas de realizar uma reunião por parte da organização, no dia 10/04/2022 e no dia 25/05/2022, sem sucesso. Em última tentativa, realizamos contato com cinco Bancos Comunitários espalhados por todo Brasil: Banco Tupinambá (PA), Banco Justa Troca (RS), Banco Paju (CE), Banco Preventório (RJ) e Banco Estrutural (DF). Todos foram contatados por e-mail no dia 30 de maio de 2022, mas não houve qualquer retorno. No dia 02/05/2022, tentamos contato por WhatsApp com as organizações. O Banco Tupinambá, Banco Paju e Banco Justa Troca retornaram a mensagem, mas quando reforçado o conteúdo da pesquisa, apenas o Banco Justa Troca sinalizou que não fazia parte do público-alvo do estudo.

Esse período de tentativas de contato se estendeu por aproximadamente 38 semanas, desde o primeiro contato presencial com o Banco Comunitário União Sampaio. Uma trajetória que se iniciou na periferia da zona sul da capital paulistana, se estendendo por visitas presenciais a BCDs na Grande Florianópolis, em função da pesquisa estar vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina, e numa última tentativa, por todo território brasileiro por meio de contatos virtuais. Dessa maneira, o processo de discussão exposto a seguir resultou da correlação entre a estrutura teórica, o relato de experiência e os potenciais pressupostos levantados para compreender o fenômeno. Com base nisso, foi possível analisar os desdobramentos decorrentes da dificuldade de acessar os sujeitos de pesquisa a fim de analisar o papel dos Bancos Comunitários.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A dificuldade de acesso aos sujeitos de pesquisa da organização escolhida, que persistiu mesmo após a decisão de postergar a conclusão da pesquisa, se estendeu ainda, para outras organizações de outras regiões, levando o estudo a tomar um novo curso. A persistência das dificuldades de acesso ao campo empírico levou-nos a refletir sobre as possíveis causas das incursões infrutíferas. A reflexão contínua, fruto da interação entre o conhecimento construído e das experiências adquiridas na jornada do estudo e na própria trajetória de vida de um dos pesquisadores possibilitaram a elaboração de alguns pressupostos sobre tal fenômeno. Este fator nos levou a um novo ciclo de pesquisas bibliográficas e documentais, com o propósito de compreender se tal dificuldade se constituía num fenômeno socioeconômico maior a ser considerado.

Diante desse novo contexto, a pesquisa se propôs a compreender quais os fatores percebidos pelos pesquisadores que evidenciam as dificuldades para acessar os sujeitos de pesquisa dos BCDs. O período de busca, entre 2021 e 2022, foi marcado pelos impactos causados pela pandemia de Covid-19 que se instaurou no mundo a partir de 2020. A negligência do governo federal assumindo uma postura negacionista impulsionou a precarização das condições de vidas sobre aqueles que historicamente já enfrentavam dificuldade de acesso às necessidades básicas de sobrevivência.

A pandemia aprofundou os problemas estruturais da sociedade brasileira, expondo as populações periféricas ao vírus. As dificuldades de realizar o isolamento social e de realizar os protocolos de higienização adequados, em função das condições de vida dessa população, fez com que as periferias brasileiras tenham sofrido os maiores efeitos da crise sanitária. A pandemia do Covid-19 se espalhou e havia certo senso comum de que o

coronavírus era “democrático”. No entanto, apesar de ter atingido diferentes gerações, gêneros, raças e classes, seus impactos não foram os mesmos em todos os lugares e para todas as pessoas. Há diversos fatores sociais que limitam a possibilidade de acesso e cuidado, expondo a população das periferias do país a uma situação de extrema vulnerabilidade. A pandemia, longe de evidenciar uma condição democrática, aprofunda e evidencia uma série de problemas estruturais da sociedade brasileira. Nesses territórios, a população periférica, além da sujeita segregação espacial, pertence a uma posição de baixo prestígio social, onde o “ficar em casa” é um privilégio que a maioria não pode usufruir em função das condições vividas. Somado a isso, a população da periferia enfrenta dificuldade de cumprir as medidas de isolamento social, em função dos locais superpovoados, com casas muito próximas umas das outras, espaços ocupados por várias famílias e pessoas, ventilação inadequada e falta de acesso regular à água e saneamento básico, ao qual dificultam os protocolos de higienização.

A ineficiência do governo reforçou a situação de vulnerabilidade social e criou condições para a propagação do vírus nesses territórios, assim como, impediu o acesso amplo e adequado às redes de saúde e assistência pública, medidas essenciais para a mitigação dos efeitos da pandemia nesses locais. Como consequência, as periferias têm sofrido os maiores efeitos da pandemia. Segundo levantamento realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), os bairros periféricos de São Paulo tiveram até três vezes mais mortes por Covid-19 a cada 10 mil habitantes do que os distritos do Centro expandido (G1 SP, 2021). Como contraste, apenas três subprefeituras da cidade – localizadas nas regiões mais ricas e centrais – concentravam mais de 60% dos leitos de UTI do SUS, enquanto sete subprefeituras localizadas nas periferias da cidade e que concentram 20% da população (2.375.000 pessoas) não eram atendidas por nenhum leito (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020).

A queda de renda mais acentuada entre os mais pobres e os altos índices de desemprego e inflação, fez com que mais da metade dos brasileiros enfrentassem uma situação de insegurança alimentar, além de impulsionar o número de famílias em situação de miséria. No campo da economia, a pesquisa Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia, coordenada por Neri (2021), diretor da Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social), mostrou que ao longo da pandemia a queda de renda entre os 10% mais ricos foi de aproximadamente -7,16% e representa menos de  $\frac{1}{3}$  da perda de renda da metade dos mais pobres. A redução da renda, de acordo com a pesquisa, é consequência da aceleração da inflação e do desemprego.

Entre abril de 2020 e outubro de 2021, os preços dos alimentos básicos tiveram um crescimento de 29,44% acima da inflação, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Nesse mesmo período, a inflação acumulou alta de 12,53%, segundo IBGE (ANDRÉ CATTO, 2022). Com a alta do desemprego e a perda do poder de compra, os obstáculos enfrentados pelas populações periféricas tornam-se ainda maiores, e superá-los, é também garantir condições mínimas de sobrevivência.

Durante o período pandêmico, a insegurança alimentar aumentou 19% nos domicílios onde algum morador havia perdido o emprego ou houve algum tipo de endividamento em razão da pandemia. Isso quer dizer que 55,2% dos brasileiros estavam vivendo em situação de insegurança alimentar até o fim de 2020 (REDE PENSSAN, 2022). A quantidade de famílias em situação de miséria na cidade de São Paulo cresceu 30% no período da pandemia entre 2021 e 2022 (DESLANGE PAIVA, 2022).

O acesso à educação foi também um dos obstáculos enfrentados pelas populações periféricas de todo o país. Durante as medidas de restrição para contenção do vírus, aulas presenciais em todo país foram suspensas. Segundo a Rede de Pesquisa Solidária, 30% dos estudantes mais pobres ficaram sem acesso à educação, enquanto o percentual entre os mais



ricos ficou em 4% (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA...,2022). Isso reflete a dificuldade de acompanhar as aulas a distância por falta de acesso à internet.

Por fim, mas de igual importância, é preciso destacar a violação dos direitos humanos sofrida há décadas pela população das periferias, especialmente contra a mulher e intensificada pelo isolamento social; a violência policial; e a inacessibilidade dessa população a serviços públicos básicos, seja pelo fechamento dos postos de atendimento, seja por dificuldades de acesso à internet.

Dito isto, é notória a fragilidade das periferias brasileiras nas mais variadas dimensões apresentadas. Não foram planejadas políticas públicas (além do Auxílio Emergencial) que pudessem minimizar o impacto da crise pandêmica na economia da periferia, onde grande parte da população atua na informalidade ou em serviços domésticos (FLEURY; MENEZES, 2020), que obrigatoriamente precisam ser realizados de forma presencial.

A crise sanitária, no entanto, não tem responsabilidade completa. É preciso lembrar que antes da chegada do vírus no país, o Brasil já passava por um período de crise econômica e política. A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2020 era de 12,4% (IBGE, 2022a) e a taxa de inflação de 4,08% em março de 2020 (IBGE, 2022b). Nesta conjuntura, as populações vulneráveis já enfrentavam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e à renda.

Nessa conjuntura, a crise econômica tem como um de seus principais motivadores a instabilidade política iniciada em 2013, que é marcada principalmente pela interrupção do mandato da presidente Dilma Rousseff, em função do *impeachment* sofrido em 2016. Os governos sucessores, com ideais mais alinhados ao conservadorismo de extrema direita, deram início à descontinuidade de políticas públicas no Brasil, sobretudo, voltadas à Economia Solidária. Nota-se, nesse período, uma alternância no campo político. De 2003 a 2016 há no poder a presença de governos de caráter progressista em alguns países da América do Sul, especialmente o Brasil. O período de 2016 a 2018 tem a presença de um governo conservador, e a partir de 2019, um governo ultraconservador (CHIARIELLO; AZEVEDO FONSECA; PEREIRA MORAIS, 2021) com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro. As movimentações e alternâncias ideológicas na arena política é retrato de uma onda conservadora que já se espalhava pela América e que atingia países de todo o mundo. Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é rebaixada como subsecretaria em junho de 2016, ano que também marca a saída do intelectual e militante histórico da Economia Solidária no país, Prof. Paul I. Singer, do cargo de secretário. Em 2019, por meio da aprovação da Medida Provisória 870/2019, mais tarde convertida na Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, o governo reorganizou os Ministérios e sua estrutura institucional. A lei promulgada extinguiu o MTE, e a SENAES que pertencia a este ministério, teve suas atribuições encaminhadas ao Ministério da Cidadania e associadas à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Dessa forma, as competências que se relacionam com a economia solidária ficaram restritas às ações de assistência social e à renda, no que diz respeito ao conceito de cidadania. Engessando, portanto, a definição de políticas de trabalho e de desenvolvimento do país por meio de seu caráter transversal. A fragmentação da Economia Solidária diminui seu potencial e não representa sua pluralidade de atuação (CHIARIELLO, 2021).

A desidratação orçamentária orquestrada que culminou no desmonte da SENAES evidencia não só o desinteresse federal em investir em políticas com essa temática, mas também na falta de confiança no potencial da Economia Solidária de promover outra economia, pautada em outra forma de produção de riqueza, fincada nos princípios de solidariedade, autogestão e empoderamento social (CHIARIELLO, 2021).

A extinção da SENAES representa a descontinuação do caminho construído por

essa secretaria de interlocução entre os setores governamentais e a sociedade civil em prol da Economia Solidária. Além disso, cessa boa parte do incentivo para as experiências de Economia Solidária, que durante anos impulsionaram e tornaram significativas ao cenário político e socioeconômico.

Durante as diversas tentativas realizadas no campo empírico para acompanhar os BCDs e entrevistar os sujeitos de pesquisa dessas organizações para fins deste estudo, ficou evidente, a dificuldade de acesso a recursos financeiros por parte dos Bancos Comunitários e de seus trabalhadores, inviabilizando, com isso, a continuidade e sustentabilidade de suas ações, resultando em alguns casos, no encerramento de suas atividades. A descapitalização dos Bancos Comunitários, neste sentido, tendo como uma das principais causas a falta de incentivo público e a descontinuidade de políticas relacionadas à temática é o reflexo das restrições impostas pelo novo contexto político, econômico, social e pandêmico, que afetaram o país e, conseqüentemente, nosso acesso ao campo empírico.

Além da falta de apoio institucional que se manifesta também na escassez de editais públicos, nota-se durante a trajetória deste estudo a dificuldade dessas organizações em submeter seus projetos em virtude da falta de assessoria técnica, tornando as escassas oportunidades, na maioria das vezes, inacessíveis. Ainda que haja, em alguns casos, o interesse de investimento privado, há dificuldades para encontrar um ponto comum entre as propostas de modo que os valores e as expectativas expressas pelos dois lados sejam compatíveis, ao considerar que a lógica que as regula não é consonante. Esse impasse tornou-se ainda maior, quando o campo de atuação dessas organizações é realizado, na maioria das vezes, em espaços e por pessoas expostas à vulnerabilidade socioeconômica. Por mais que os Bancos Comunitários trabalhem continuamente para mitigar as sequelas causadas pelo sistema capitalista, diante da crise econômica e sanitária, torna-se um desafio gigantesco superar tal situação sem o apoio institucional do Estado, pois a desidratação sistemática da rede de organizações de economia solidária, até então vigente, imposta pelo governo federal, somadas à incapacidade da sociedade civil de reverter esse quadro, acirraram sobremaneira a capacidade dos BCDs de fazer frente aos seus inúmeros desafios cotidianos que ameaçam sua sobrevivência.

A gestão dos Bancos Comunitários, assim como a elaboração das suas ações, segue a lógica da Economia Solidária, pautada por uma gestão democrática e participativa, que requer de seus atores tempo e esforço intensivos. Na medida em que a capacidade de trabalho desses atores tornou-se escassa, em razão do redirecionamento de suas ações, voltadas para a subsistência individual e de suas famílias, iniciou-se um processo gradativo de desarticulação das iniciativas solidárias promovidas pelos BCDs.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dificuldade de acesso dos pesquisadores desta pesquisa aos sujeitos e organizações que atuam nos Bancos Comunitários foi resultado das transformações impostas pela recente crise epidemiológica, socioeconômica e política do país, que incidiu diretamente nas organizações mais vulneráveis e de seus atores, tendo em vista suas inserções territoriais, em sua maioria, no contexto das periferias. Além disso, é notório que a precarização dessas organizações gerou resistência de interlocução entre os seus colaboradores e moradores locais com os pesquisadores, fato esse não revelado durante as diversas tentativas de aproximação com essas organizações e seus sujeitos. Ou seja, as reais condições de vulnerabilidade, que incidiu sobre as suas próprias vidas e sobre as suas organizações, se constituíram numa barreira crescente de acesso ao campo empírico.

Evidencia-se neste caso que é preciso retomar a temática no campo político e reconhecer o potencial de outra economia fincada sobre os valores solidários. O Estado, em

seus diversos âmbitos, constitui-se num ator central na criação de políticas públicas de apoio e fomento à Economia Solidária de maneira que reflita a sua integralidade e pluralidade de atuação.

As políticas públicas têm capacidade singular para revitalizar as redes de empreendimentos solidários em todo país, principalmente nos assentamentos periféricos nos quais, em grande maioria, emergem essas iniciativas. Por consequência, é provável que haja a promoção do desenvolvimento local, vislumbrando melhorias nas condições de vida dessas populações, assim como estímulo às capacidades culturais e políticas que se tornam um virtuoso instrumento no enfrentamento das dificuldades compartilhadas.

Apesar dos objetivos de pesquisa estabelecidos inicialmente terem sofrido alteração por conta das dificuldades de acesso ao campo empírico que inviabilizaram a investigação inicial, este trabalho pretende contribuir para o debate no campo de pesquisa em Economia Solidária, e em especial, para o campo pouco explorado dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

O arcabouço bibliográfico, bem como as reflexões sobre a fragilização das políticas públicas em economia solidária, dos bancos comunitários e da precarização da vida nas periferias sob o contexto pandêmico e de crise econômica brasileira, poderão servir de subsídios para novos estudos acadêmicos, pois sinalizam as dificuldades encontradas e apontam caminhos para pesquisas futuras nesta área. Área essa ainda pouco explorada por pesquisadores do campo da Administração.

Neste sentido, este estudo tem potencial para estimular os pesquisadores na elaboração de trabalhos complementares à temática e evidenciar a importância de se desenvolverem pesquisas e empreender em espaços de debate que possam contribuir com a formação multidisciplinar do administrador. Pesquisas subsequentes poderão investigar o contexto de outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento, bem como outros recortes dentro dos aspectos político, econômico e social, tais como a influência da degradação da saúde mental da população periférica no contexto de pandemia e seu impacto nas articulações dos Bancos Comunitários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ CATTO (São Paulo). CNN Brasil. **Preços de produtos básicos cresceram acima da inflação durante a pandemia, diz IBPT**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/precos-de-produtos-basicos-cresceram-acima-da-inflacao-durante-a-pandemia-diz-ibpt/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CHIARIELLO, C.; AZEVEDO FONSECA, S.; PEREIRA MORAIS, L. Enfoque político e Institucional de la economía solidaria en América Latina y la experiencia del Senaes en Brasil (2004-2019). **Otra Economía**, v. 14, n. 25, p. 76-95, 10 abr. 2021.

CHIARIELLO, Caio Luis. Trajetória da SENAES em prosa e números. **Revista Org & Demo**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 97-116, 19 fev. 2021. Faculdade de Filosofia e Ciências.

DESLANGE PAIVA (São Paulo). G1 Sp. **Quantidade de famílias em situação de miséria na cidade de SP cresce mais de 30% em janeiro de 2022, na comparação com 2021**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/saopaulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 44, n. 4, p. 267-280, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042020e418>.

FRANÇA FILHO, G. C. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de Finanças Solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. 1. ed. Fortaleza - Ceará: Arte Visual, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; SILVA JÚNIOR, Jeová T. Bancos comunitários de desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. 1. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2009. v. 1, p.31-36.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; RIGO, Ariádne Scalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Microcredit Policies in Brazil. **Securing Livelihoods**, [S.L.], p. 115-131, 28 nov. 2013. Oxford University Press.

G1 SP (São Paulo). Globo.com. **Periferia de SP tem mais mortes por Covid-19 e menos pessoas vacinadas contra a doença, indica estudo da USP**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/27/periferia-de-sp-tem-mais-mortes-por-covid-19-e-menos-pessoas-vacinadas-contr-a-doenca-indica-estudo-da-usp.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GROLLMUS, N. S.; TARRÈS, J. P. **Relatos metodológicos**: difractando experiências narrativas de investigación. Fórum Qualitative Social Research, Berlim, v. 16, n. 2, p. 1-24, mayo 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 20 jun. 2022b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação**. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing\utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing\utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso em: 20 jun. 2022a.

JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **RAUSP Management Journal**, v. 40, n. 1, p. 19-33, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34. Acesso em: 03 nov. 2012. , 2009.

LAVILLE, J. L.(Org.). **L'économie solidaire**: une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

MATURANA, A. V. K.; COSTA, L. G.; KOHLER, R. **Moeda social como instrumento de desenvolvimento local**: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. Anais do XXVI Seminário de Iniciação Científica da Unijuí, SC, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10536>. Acesso em: 08 jul. 2021.

MUÑOZ, Ruth. Finanças Solidárias. In: GAIGER, Luiz et al. (Org.). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009, p 208-212.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. São Paulo: FGV Social, 2021. 11p. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade\\_de\\_Impactos\\_Trabalhistas\\_na\\_PandemiaMarcelo-Neri\\_FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade_de_Impactos_Trabalhistas_na_PandemiaMarcelo-Neri_FGV-Social.pdf). Acesso em: 20 jun.

2022.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE. **Nota Técnica:** sem diretrizes para o ensino remoto e a volta às aulas, o governo federal repete na educação a tragédia da saúde. perderam até 50 dias letivos de aula. Disponível em: [https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/boletimpps\\_22\\_28agosto.pdf](https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/boletimpps_22_28agosto.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Rede Nossa São Paulo. **A desigualdade na distribuição das UTIs em São Paulo.** 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/04/08/a-desigualdade-na-distribuicao-das-utis-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

REDE PENSSAN. II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RIGO, A. S. (2014). **Moedas Sociais e Gestão de Territórios:** Aplicações e Implicações Teóricas e Práticas. Tese de doutorado. Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/EA/UFBA).

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 70– 107, 2015.

SILVA JÚNIOR, Jeová T. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**, v.1, pp. 1-18, 2007.

SINGER, P. I. **Finanças solidárias e moeda social.** In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DOLD, A. V. B. Projeto inclusão financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. p. 69- 78.